Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 41-51
www.emtese.ufsc.br

A mundialização financeira frente ao neoliberalismo

Elflay Miranda[1]

As análises mais detalhadas sobre o capitalismo requererem um profundo e amplo conhecimento da literatura sobre o tema, no entanto, não poderíamos iniciar um estudo sobre o capital financeiro sem antes discutirmos uma das grandes expressões do atual sistema político e ideológico de dominação do capital: o neoliberalismo. Fruto do pensamento liberal e conservador dos séculos XVIII e XIX, o neoliberalismo surge como ideologia, forma de ver o mundo social ou corrente de pensamento do início do século XX, tendo no austríaco Ludwig von Misses (1881-1973) um dos seus principais idealizadores. Mas é na figura de Friedrich von Hayek (1899-1992), que o neoliberalismo encontra um dos seus principais patronos e teóricos, pois sua obra: "O caminho da Servidão[2]", lançada em 1944, pode ser apontada como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal mundial.

O neoliberalismo é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Para o neoliberalismo, o Estado não deve intervir nas ações e reações do mercado. Um dos grandes inimigos dos neoliberais era o conjunto formado pelo Estado de bem-estar social e pela intervenção estatal na econômia, identificando-se com a teoria Keynesiana[3].

---

[1] Mestrando em Sociologia Política (UFSC). E-mail: flay@cfh.ufsc.br
[2] Uma das primeiras edições brasileiras foi lançada em português pela Editora Globo em 1946.
[3] Conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias do economista John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

Em 1947, Hayek convoca aqueles que compartilhavam de sua orientação ideológica para uma conferência na estação de Mont Pèlerin (Suíça), onde se formaria uma sociedade neoliberal, altamente dedicada a organização de uma "internacional dos neoliberais", com a proposta de combater o Keynesianismo e o solidarismo em uma preparação para um novo modelo de capitalismo. Para Hayek, a desigualdade social era um fator positivo e necessário para o funcionamento do capital onde um de seus principais ideários seria o "anticomunismo" (Gros, 2002).

Com a crise de 1970, gerada pela não-conversão da paridade "dólar x ouro", com a desagregação e liquidação do sistema de Bretton Woods e com o crescente funcionamento do mercado financeiro paralelo que burlavam as regulamentações nacionais com a volatilidade do capitalismo de papel (comércio de ações, de títulos públicos, de divisas), os neoliberais viram o momento ideal para entrar em cena. Tinham então como meta deter a hiperinflação e acusavam o poder excessivo dos sindicatos, dos movimentos operários e dos altos gastos sociais do Estado como responsáveis pelo desencadeamento da crise. Os únicos métodos de sanear esta crise seriam: um Estado forte que conduziria a uma estabilidade monetária, uma disciplina orçamentária, criação de um exército de reserva (desempregados) e reformas fiscais baixando impostos de rentistas. Estas deveriam ser as metas principais de qualquer governo (Anderson, 1996)

Em 1975, a chamada Comissão Trilateral[4] alertava para um problema fundamentalmente político: a sobrecarga do Estado levaria a ingovernabilidade de qualquer democracia. Em suma, duas grandes regras gerais deveriam ser seguidas: as empresas estatais e os serviços públicos deveriam ser privatizados e a criação e regulamentação de um novo quadro legal que diminuiria a interferência dos poderes públicos (Estado) sobre os empreendimentos privados.

No final da década de 70, líderes partidários alinhados com programas neoliberais conquistam governos importantes. O primeiro exemplo de governo neoliberal foi o da Primeira-Ministra Margareth Tatcher, na Inglaterra, onde o neoliberalismo alcançou o seu

[4] Fundada em 1973 era uma comissão formada por banqueiros, industriais, empresários, cientistas, economistas e políticos. A organização reunia pouco mais de trezentas personalidades exponenciais da América, Europa e Japão, que juntos representam mais de 70% do comércio mundial.
Disponível em http //:www. orbita.starmedia.com.br. Acessado em 19/01/2003.

maior êxito: consolidou-se como ideologia. Nos Estados Unidos, a competição militar deu ao presidente Reagan chances para sua implementação seguido-se pelo chanceler alemão Helmut Kohl, em 1982. Nestes países, depois deste novo modelo implantado, a recuperação dos lucros por parte dos grandes financistas foi imediata. O desemprego passou a ser considerado um mecanismo natural e necessário em qualquer economia de mercado eficiente e a deflação, as taxas de emprego e os salários atingiram seus patamares mais baixos.

A recuperação dos lucros no modelo neoliberal, não leva necessariamente a uma recuperação dos investimentos produtivos, mas sim financeiros, gerando uma desregulamentação neste setor. Esta desregulamentação financeira cria condições mais favoráveis para a especulação do capital do que para a produção e geração de postos de trabalho.

Na América Latina, o modelo neoliberal começou a se expressar em nível mundial tanto em partidos políticos como em governos. Um caso "interessante" de neoliberalismo foi o do Chile, primeiro país a adotar o modelo neoliberal em 1973, no Governo do General Pinochet. O neoliberalismo chileno pressuponha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares na Latino-americanas, do pós-guerra.

No modelo neoliberal, a democracia parece não ser um valor central. Segundo os neoliberais, existe um mecanismo funcional equivalente ao trauma da ditadura militar para induzir "democraticamente" um povo a aceitar o neoliberalismo em seu país: a hiperinflação (Chesnais, 1998). Posteriormente, outros países seguiram o exemplo chileno como a Argentina em 1976, com o General Videla. Nos anos 80, como condição para renegociação de dívidas assumidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, vários países também tiveram que ajustar seus modelos econômicos aos programas neoliberais. Entre eles podemos citar: a Bolívia em 1985, o México com o Governo de Salinas de Gortari em 1988, novamente a Argentina em 1989 no Governo de Carlos Menen, na Venezuela com o Governo Carlos Andrés Perez e o Peru no Governo de Alberto Fujimori. No Brasil, o modelo neoliberal teve seu inicio como o Governo de

Fernando Collor de Mello em 1989 seguindo-se pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Segundo Anderson (1996: 23),

> economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria.

Gêneses da mundialização financeira

O capitalismo mundial evoluiu continuamente da mesma forma que as condições sob as quais a classe trabalhadora do mundo fez sua história.

As grandes corporações foram inicialmente atraídas para certas regiões semiperiféricas porque pareciam oferecer força de trabalho dócil e barata. O fluxo subseqüente de investimentos estrangeiros, juntamente com a desregulamentação do mercado financeiro, contribuiu então para uma série de "milagres econômicos" nas décadas de 70 e 80.

Segundo Moraes (2001:37),

> os grandes credores e detentores de liquidez – aquilo que se reverencia misteriosamente como "o mercado" – têm agora instrumentos para castigar países "abusados" e irresponsáveis, aqueles cujos dirigentes "não fizeram a lição de casa". A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas econômicas nacionais.

Existe então uma mudança de fase dos processos de acumulação do capital em escala mundial, que passa da expansão material para a expansão financeira. Parece ser um ciclo normal no desenvolvimento de acumulação do capital, pois, desde uns seiscentos anos atrás até o presente, a economia mundial capitalista se expande em duas fases que se alternam: fase de expansão material e de expansão financeira (Braudel, 1997).

Nas décadas de 50 e 60 do século XX, o capitalismo mundial viveu sua "Era Ouro". As expansões da produção e do comércio mundial eram resultados dos lucros recebidos em

investimentos na própria produção. As indústrias se expandiam com facilidade transformado-se em grandes corporações industriais, operadas por uma massa de trabalhadores, geralmente com baixos salários e uma escassa legislação trabalhista (Braudel, 1997).

No final da década de 60 e inicio da década de 70 a situação começa a se modificar. Os trabalhadores dão inicio a um movimento operário forte e organizado, exigente de direitos e salários. Juntamente a isto, as indústrias começam a enfrentar sérios problemas financeiros gerados pelo alto custo de matéria-prima e pelo pagamento de direitos trabalhistas. Mas o problema maior ainda estava por vir.

No final da década de 70 e início dos anos 80, os industriais descontentes com o baixo lucro de suas corporações e com os empecilhos gerados pelos movimentos operários passam a canalizar o lucro de suas corporações, mais no capital financeiro do que no produtivo. As atividades são concentradas, então, na expansão financeira gerada pelos altos lucros do fluxo de capital especulativo. Segundo Salama (1998: 239) "o setor financeiro parece, então, se autonomizar do setor produtivo. A relação que existe entre esses dois setores torna-se mais e mais misteriosa e pouco transparente".

Nos anos 80, os empréstimos internacionais e o destino do dinheiro são mais direcionados para o movimento de especulação financeira o do que para a o financiamento da produção. A principal exceção a esta tendência parece ser o Leste Asiático, onde a expansão financeira foi acompanhada por um rápido crescimento do comércio e da produção, pois contou com um programa de planejamento governamental envolvendo empresários e trabalhadores (Coutinho, 2002).

Na economia capitalista neoliberal, os momentos de expansão financeira são momentos de crise e reorganização funcional na economia mundial. Na forma mais atual de expansão financeira, o centro capitalista parece estar se redefinindo e atingindo também o mundo não ocidental.

Imperialismo e Mundialização

A transformações ocorridas no cenário macroeconômico mundial, principalmente a partir do final da década de 80, têm recebido nas literaturas sobre o tema várias denominações,

dentre elas: "mundialização financeira" (Chesnais, 1997), "financeirização da riqueza" (Braga, 1997) ou de "tirania financeira" (Fitoussi, 1997). No entanto, todas essas interpretações servem para definir este novo modelo de internacionalização dos sistemas financeiros que obedece a uma nova lógica do capitalismo onde, "a mundialização do capital deve ser entendida como mais do que uma fase suplementar no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século" (Chesnais, 1997:19). Este novo modelo de funcionamento do capitalismo mundial, marcado pela livre mobilidade do capital, está praticamente determinado pela esfera financeira.

A mundialização do capital designa, de forma geral, conforme o discurso de classe dominante, "os fenômenos de interdependência em escala mundial das sociedades contemporâneas" (Amin, 2001: 15). É uma expressão carregada de sentido ideológico, pois, ao analisarmos mais profundamente o autor, vemos que a mundialização do capital aparece não somente no âmbito das relações econômico-financeiras, mas também na organização de sua luta de classes.

O termo "mundialização do capital" serve também para designar o quadro político e institucional que deu não só aos Estados Unidos, mas a outros países capitalistas desenvolvidos, a forma de (como) expressar um modo específico de funcionamento do capitalismo que foi implementado sob a égide desses países.

A mundialização se diferencia do imperialismo mais pelo fato da alocação de um comando de poder central do que pelas suas características, que se confluem, pois a mundialização capitalista dos tempos modernos é, por natureza, polarizadora. A mundialização capitalista parece ser um sinônimo mais apurado de imperialismo (Amin, 2001).

Agora, com características imperialistas, a mundialização, vai se caracterizar pela acentuação dos conflitos intercentros (interimperialistas) e pela aceleração do processo de colonização das periferias, no qual é centrado um dos objetivos maiores desta competição agravada.

Outra característica importante dos dois sistemas é a financeirização, tanto em dimensões nacionais quanto em dimensões mundiais. Sua lógica exclusiva do capital se exprime pela supressão do controle em relação aos mais diferentes tipos ou transferências de capital,

que são destinados tanto ao investimento como à aplicação especulativa, seguidos pela adoção do principio de câmbios livres. (Chesnais, 1998).

O novo regime de acumulação mundial: o financeiro

De acordo com François Chesnais, (1997) vivemos em "um modo de funcionamento específico do capitalismo mundial", pois no contexto macroeconômico da última década temos: taxas de crescimento muito baixo do Produto Interno Bruto (PIB), taxas de crescimento do valor nominal dos ativos financeiros, taxas de desemprego estrutural elevadas, desenvolvimento de rendimentos de origens financeiras constituídoras de grupos sociais denominados rentistas, uma conjuntura mundial instável, uma desinflação que mais tarde assume um aspecto de deflação, a marginalização do sistema de trocas e a concorrência internacional sempre mais intensa. Estes elementos dão margem, segundo Chesnais (1997), para revelar a proeminência de um novo regime de acumulação de capital, no seio o qual estamos vivendo: o "regime de acumulação mundial predominantemente financeiro".

As características do processo de globalização financeira parecem definidoras de uma nova ordem econômica internacional. Segundo Carneiro (1999: 57), "admite-se como hipótese central que a globalização é a resultante da interação de dois movimentos básicos: no plano doméstico da progressiva liberalização financeira e no plano internacional da crescente mobilidade dos capitais", ou seja, os investimentos estrangeiros e as transformações nos processos produtivos e a organização dos mercados tem seus limites ditados pela dominância da acumulação financeira.

Segundo Moraes (2001), a globalização financeira, a liberalização da economia mundial e a internacionalização das atividades econômicas limitam a possibilidade de ação do Estado que tem seu poder erodido em duas direções: para um lado, transferindo-se competências do Estado para os coletivos locais: assistência social, saúde, educação, etc., e para outro os Estados cedem parte de suas competências para outros tipos de organizações como: Grupo dos Sete (G-7), Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), Organização Mundial do Comércio (OMC), etc. O Estado nacional deixaria de ser fonte de regulamentações e as deliberações sobre a política econômica, monetária, cambial e tributária seriam transferidas para estas administrações supranacionais.

Neste novo regime, alguns setores ocupam posições de caráter decisivo na concorrência capitalista mundializada: o setor financeiro, a informática, as telecomunicações e por último o setor de comunicação e mídia.

A nova fase da economia-mundo proporcionou aos países capitalistas desenvolvidos uma alta concentração de capital, que resultou em maior poder político econômico frente a outros Estados. Chesnais (1998), aponta três formas diferentes para este capital acumulado: o capital produtivo (indústria), o capital comercial engajado em negócios e na distribuição concentrada e por último o capital financeiro. Neste sentido, a análise sobre a mundialização do capital requer ser feita nos planos político e econômico ao mesmo tempo. Segundo Chesnais (1997:23), "a gênese do regime de acumulação predominantemente financeiro concerne tanto à política como economia".

Só no discurso neoliberal, o Estado é "externo" ao mercado. Foi com esta intenção e por meio das articulações políticas e econômicas do G-7 que os mecanismos de domínio de mercado foram criados. O capital financeiro teria dificuldade em alcançar seus objetivos se não fosse a revolução conservadora da década de 70. A mundialização nada mais é que o resultado de um contexto histórico, desde a virada da década de 70 para década de 80 até nos dias atuais.

Como já dito, a mundialização acentua os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redefine sua configuração. Os Estados Unidos tiveram seu peso acentuado não só devido ao enfraquecimento da ex-União Soviética, mas também em razão de uma posição no plano do capital financeiro bem superior a que guardam no plano industrial.

A mundialização impõe ainda, aos países que dela não participam diretamente, um sistema de adesão. Esta adesão exige dos governos uma abordagem comum à liberalização e a desregulamentação, mas também a regras únicas, referentes à política monetária e fiscal em relação a salarial. O sistema de adesão é também uma forma coercitiva dos Estados se adaptarem ao novo padrão econômico mundial.

Outros agentes importantes na consolidação da mundialização financeira são os grupos industriais transnacionais. As organizações capitalistas mais poderosas voltam a ser, como

no período entre guerras, as que exercem uma "preferência pela liquidez" na valorização de seus capitais (capital-dinheiro). A baixa rentabilidade dos investimentos industriais possibilitou a emergência do capital financeiro, com que os grupos econômicos estão com seus ativos e controles de direção centrados cada vez mais na mão das grandes corporações financeiras.

Hoje, os "sistemas nervosos centrais" dos grupos industriais são as sociedades de holding. Isto reflete em um crescimento qualitativo no grau de financeirização dos grupos empresariais, representados por grandes bancos e instituições financeiras, em que a maioria deles está integrada a grupos atuando em diversos setores da economia. Além disso, segundo Minella (2001), em países como os Estados Unidos, esses grupos ocupam lugar central nas redes empresariais através de participações acionárias, acordos estratégicos, operações de crédito e diretorias empresarias cruzadas. O poder das instituições financeiras reflete-se no controle que exercem sobre o fluxo de capitais.

Podemos considerar ainda, a volatilidade do fluxo de capitais como um fator interessante para a analisar o regime de acumulação predominantemente financeiro. Os investimentos diretos que antes eram aplicados em instalações, máquinas e equipamentos produtivos, que por final possibilitariam a geração de postos de trabalho, são agora transferidos às aplicações puramente financeiras em portfólios[5] de títulos ou ações na bolsa de valores de vários países ao mesmo tempo. Além disto, as inovações tecnológicas no setor financeiro permitiram o acesso aos mais variados recursos de operações de crédito, desenvolvendo assim, um mercado de títulos privados e públicos com captações diretas no mercado. Surgem, também, os investidores institucionais como os fundos de pensão e as companhias de seguros, cujos recursos buscam sua valorização no âmbito dos mercados financeiros nacionais e internacionais.

Na América Latina, a adoção de novas políticas econômicas pelos países foi cada vez mais constrangida pelos ditames do fluxo de capitais. No caso brasileiro, a crescente volatilidade dos fluxos de capitais, em nível internacional, expôs de forma nunca vista a vulnerabilidade da economia brasileira, principalmente a partir da crise asiática, em 1997.

[5] Variedade de produtos oferecidos por uma instituição financeira.

Os mercados financeiros parecem ser particularmente sensíveis a "pânicos" e "crises". Os bancos, por exemplo, parecem possuir um "instinto" pelo qual todos emprestam quando há ondas de otimismo, e reembolsam seus créditos em momentos de crise. Uma das mais conhecidas teorias sobre o controle da volatilidade do fluxo de capitais foi proposta pelo prêmio Nobel de economia James Tobin, que propõe uma espécie de imposto internacional sobre transações financeiras de curto prazo, visando à criação de um fundo internacional de apoio ao desenvolvimento, que ficou conhecido como Taxa Tobin. Entretanto, não seria fácil distinguir entre capitais especulativos internacionais e capitais de giro para investimentos diretos na produção.

Na América Latina, alguns países tentaram adotar medidas de controle. O Chile, por exemplo, adotou a "quarentena", aprisionando temporariamente suas reservas no Banco Central, com o intuito de encarecer a especulação. O Brasil preferiu manipular o IOF (imposto sobre operações financeiras) baixando-o para incentivar o fluxo, ou elevando-o para conter a fuga de capitais. Outros países preferiram sujeitar suas aplicações financeiras a licenças prévias, burocratizando o sistema, desencorajando assim alguns investidores internacionais. Existem ainda, outras fórmulas mais genéricas que são adotadas visando aperfeiçoar os mecanismos ditados pelo FMI, como a criação de fundos especiais para atenuar os efeitos da volatilidade.

Assim, podemos concluir que a nova ordem mundial, marcada pelo regime de acumulação predominantemente financeiro (Chesnais, 1998), trouxe e aprofundou cada vez mais a dependência de países em desenvolvimento frente aos grandes detentores do capital financeiro e o reflexo disso, como sabemos, recai diretamente sobre o nosso cotidiano.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo e mundialização. In: SEOANE, J. e TADDEI, E. (orgs). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre, Petrópolis: Vozes, 2001, pp 15-36.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILLI, P. (orgs.), **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp. 9-23.

BRAGA, José C. de Souza. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Mª da Conceição e FIORI, José L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**: as estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, n. 13,Campinas: I.E. UNICAMP, dez. 1999.

CHESNAIS, François (coord). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo, SP: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, **Praga – Revista de Estudos Marxistas**, nº 3, São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 19-46.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, R.J: Vozes, 2002. 3ª edição, p.351-378 (Coleção Zero a Esquerda).

FITOUSSI, Jean-Paul. **O debate-tabu**: moeda, Europa, pobreza. Lisboa: Terramar, 1997.

GROSS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP. Campinas, 2002.

MINELLA, Ary C. Reforçando a Hegemonia Financeira Privada: a privatização dos bancos estaduais. In: Ferreira, Alceu Conceição e Alvim, Valdir. (orgs). **A Trama da Privatização**. Florianópolis: Insular, 2001. P. 49-72.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai?. São Paulo: Editora SENAC, 2001.(Coleção Ponto Futuro, nº 06).

SALAMA, Pierre. A financeiração excludente: as lições das economias Latino-americanas. In: CHESNAIS, François (coord.) **A mundialização financeira**: Gênese , custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. pp. 211-248.